

SAÚDE MENTAL DOCENTE: UMA REVISÃO TEÓRICO/BIBLIOGRÁFICA

Geovane dos Santos da Rocha ¹
Fabrício Duim Rufato ²
Elisabeth Rossetto ³

RESUMO

A temática da saúde mental nas últimas décadas, em função da sua importância na vida dos seres humanos, tem sido revista e ampliada por estudiosos e pesquisadores, valorizando aspectos sociais. Objetivando compreender os principais elementos envolvidos na produção do sofrimento psíquico em professores, realizamos um estudo teórico/bibliográfico de produções que tratam sobre a saúde mental desse público. Atemo-nos ao referencial da Psicologia Histórico-Cultural, principalmente de Lev Semionovitch Vigotski e autores que coadunam com essa perspectiva teórica. A partir disso, percebemos que são muitos os fatores que repercutem no sistema educacional, afetando não só o processo educativo como também a própria saúde mental docente. Dentre eles, podemos citar os fatores psicológicos, sociais, políticos, pessoais e profissionais. Portanto, destacamos que o tratamento do sujeito não pode se reduzir em processos psicoterápicos e medicamentosos; faz-se necessário também “tratar” os aspectos culturais, sociais e históricos associados à patologia, em um movimento de totalidade, de luta e ressignificação.

Palavras-chave: Saúde mental; Professores; Adoecimento psíquico.

INTRODUÇÃO

Conceituar saúde mental não compõe uma simples tarefa. Historicamente, compreendeu-se essa noção meramente como um estado de ausência de doença, ou ainda como o resultado isolado de caracteres biológicos que atuam sobre o corpo. Na primeira dessas perspectivas, estar saudável corresponderia a estar, simplesmente, sem patologias, como se o indivíduo e seu estado mental pudessem ser resumidos e encaixados em uma dualidade de *estar doente/não estar doente*. Não se faz necessário dizer que essa compreensão simplifica a complexidade do psiquismo humano.

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR, campus Cascavel, geovanesdarocho@outlook.com;

² Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR, campus Cascavel, fabricio-rufato@hotmail.com;

³ Orientadora. Docente do Curso de Pós-Graduação strictu sensu em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR erossetto2013@gmail.com.

A segunda perspectiva, por outra via, enfatiza o corpo e seus processos químicos e fisiológicos, desconsiderando todos os demais fatores que se relacionam ao processo do adoecimento psíquico. Nesse entendimento, o tratamento do sujeito adoecido mentalmente poderia ser resumido ao âmbito medicamentoso, isentando outras esferas e entidades (sociais, políticas, etc.) de suas responsabilidades em relação aos quadros apresentados. As duas perspectivas descritas, deveras limitadas, não dão conta de explicar as psicopatologias existentes na atualidade, o que, por consequência, dificulta o seu manejo e tratamento.

Nas últimas décadas, tais entendimentos de saúde mental – em função da importância desse aspecto na vida dos seres humanos – foram revistos e ampliados, com vistas à importância dada aos aspectos sociais e culturais. A Organização Mundial da Saúde (OMS), liderando as revisões científicas sobre a temática, publicou no ano de 2001 um relatório que relaciona saúde a um completo estado de bem-estar físico, psíquico e social. Nessa vertente, considerar-se-ia como saudável o indivíduo que não tivesse alterações patológicas orgânicas, bem como apresentasse relações interpessoais funcionais e exibisse bom ajustamento psicológico.

Trata-se, porém, de uma conceituação utópica, visto referenciar um estado inalcançável e desassociado da realidade humana, principalmente se formos considerar períodos de pandemia mundial. Além do mais, não explica com exatidão a causalidade das diversas formas de adoecimento – em gradual aumento nos dias atuais. Contudo, essa conceituação despontou como um avanço em relação às anteriores, tendo fomentado a busca por formas de compreensão de saúde mental que considerassem o homem em sua integralidade e, ao mesmo tempo, corroborassem com lutas por melhores condições de vida.

Como discutem Silva e Tuleski (2015), na contemporaneidade, com a vigência de uma concepção naturalizante de sociedade, tem-se havido a transformação do que é histórico e social em algo espontâneo, naturalmente produzido. A Psicologia, seguindo essa vertente, muitas vezes atuou de acordo com as ideologias sociais vigentes, considerando as diferentes formas de se comportar como adaptações, em uma via crescente de patologização da vida e de culpabilização dos indivíduos sobre as condições a que estão submetidos. Sob o paradigma biomédico, o entendimento da saúde mental tem sido feito por meio de sistemas de classificações de sintomas, com emprego de manuais diagnósticos como o DSM-5 e o CID-10. Uma quantidade

considerável de correntes psicológicas tem seguido tal perspectiva biomédica em sua forma de compreender o estado de saúde mental dos seres humanos. A Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, em contraponto, tem fornecido condições teóricas e metodológicas para a compreensão da saúde mental e do processo de adoecimento psíquico em uma perspectiva diferenciada – relacionada a determinantes históricos e sociais.

Vigotski (2021), ao realizar seus estudos do desenvolvimento do psiquismo, postula que os caracteres tipicamente humanos se formam com base nas inter-relações sociais e na cultura. Nessa perspectiva, as funções psicológicas superiores (FPS), como a fala, a memória, a consciência e a atenção, as quais são específicas de nossa espécie, desenvolvem-se em razão da relação do homem com os outros, relações essas em que se tem acesso a alguém que possa mediar tais conhecimentos. Assim, as FPS aparecem inicialmente no meio coletivo, como funções intersíquicas, ou seja, surgem no meio social para posteriormente se tornarem intrapsíquicas, próprias do indivíduo e possíveis de serem usadas voluntariamente por ele como partes de si. Todos os aspectos e características humanas passam por esse processo, de sociais para individuais.

Aspectos do meio sociocultural propiciam formas adoecidas de se perceber a vida que conduzem e dão manutenção ao sofrimento psíquico. A Psicologia Histórico-Cultural, nesse sentido, postula que o adoecimento psíquico é resultado dos fatores culturais e sociais que integram nossa sociedade, estando eles associados ao período histórico em vigor. Pode-se considerar, a partir desses aspectos, que o estudo do sofrimento psíquico, traduzido nos mais diversos transtornos mentais da atualidade, necessita se pautar na investigação do conteúdo qualitativo dos mesmos. Ou seja, não deve se deter somente em seus aspectos diagnósticos (sintomas) – fator privilegiado pela Psiquiatria nos manuais nosográficos dos transtornos mentais –, mas também às suas características de formação e manutenção, as quais ocorrem no mesmo caminho das FPS – nas vivências e inter-relações estabelecidas no meio sociocultural.

Professores, nesse sentido, têm sido um dos públicos que mais tem adoecido psiquicamente. Segundo levantamento realizado por Ferreira-Costa e Pedro-Silva (2019), cerca de 50% dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de uma cidade paulista apresentaram em algum momento níveis de depressão e/ou ansiedade. À vista disso, temos como objetivo neste estudo compreender o processo de adoecimento psíquico de professores, utilizando para isso de um estudo teórico/

bibliográfico de produções que tratam sobre o tema. Valemo-nos de obras com o referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural. O que percebemos com isso é que quanto mais patogênicas forem as vivências dos indivíduos, mais adoecido ele se encontrará. Em uma perspectiva naturalizante, tem-se lidado somente com a aparência do sofrimento psíquico atual. Assim, não se tem considerado a essência dos fenômenos, aquilo que os fazem existir, permanecendo as análises somente em sua aparência e superficialidade.

METODOLOGIA

Este artigo possui cunho qualitativo, utilizando uma revisão da literatura e de artigos e livros que se relacionam ao tema, no viés da Psicologia Histórico-Cultural, principalmente de Lev Semionovitch Vigotski e autores que coadunam com essa perspectiva teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola, com base em Bernardes (2012), deve ser um lugar que cria condições para que os sujeitos possam se humanizar, e percebemos esse mesmo pensar em Vigotski. Por meio da convivência com adultos e com crianças de mais idade, a criança se apropria dos conhecimentos que o homem produziu ao longo dos anos, o que alavanca o seu desenvolvimento e garante possibilidades para todos participarem na dinâmica social como agentes de transformação da sociedade. Não existe, segundo a autora, outra instituição que assuma tal função, ou seja, caso a escola não cumpra tal papel, há comprometimento na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. O professor, principal agente das instituições escolares, possui, nesse sentido, um papel primordial.

De acordo com Pasqualini (2010), o professor é aquele que transmite aos alunos os resultados do percurso histórico da humanidade, mediando a apropriação dos objetos da cultura e organizando as atividades das crianças. As funções psicológicas que o professor almeja desenvolver nos alunos são concretizadas por meio de atividades que colocam em ação a intencionalidade da criança, isto é, a procura pela execução de um determinado objetivo. De tal maneira, não é suficiente disponibilizar às crianças os

objetos da cultura, é necessário também organizar e mediar as atividades. Assim, são as ações elaboradas intencionalmente pelo professor que resultam no desenvolvimento do psiquismo dos alunos.

[...] o educador não pode limitar-se a “acompanhar” ou “seguir” o desenvolvimento espontâneo da criança, mas, ao contrário, deve dirigir ou controlar racionalmente esse processo. Cabe esclarecer que uma “criação controlada” em nada se aproxima de um processo que supostamente cercaria a criatividade, a iniciativa e a liberdade da criança [...]. Em relação especificamente aos períodos de ruptura e salto qualitativo no desenvolvimento, o professor deve apresentar novas tarefas e exigências que correspondam às potencialidades em mudança da criança e à sua nova percepção da realidade (PASQUALINI, 2010, p. 182-183).

Segundo Teixeira e Barca (2019), o professor é aquele que organiza e administra o meio educativo, sendo ele quem regula a interação do meio educativo com cada um dos alunos. O seu papel, de acordo com os autores, ultrapassa o de ser mediador entre o conhecimento e os estudantes, pois também organiza o meio social educativo e/ou as relações sociais que ocorrem na escola. De tal maneira, ele não é a locomotiva de todo o processo educacional, nem mesmo a sua força motriz, mas sim o seu condutor, ou seja, é alguém que planeja intencionalmente as ações escolares, a estrutura das atividades, fornecendo ao aluno as condições essenciais para sua aprendizagem e desenvolvimento – “alguém que planeja, executa, registra, avalia e modifica a sua prática juntamente com seus alunos, tendo uma teoria ou teorias como fundamento” (p. 76).

Contudo, não se pode pensar que a função do professor ocorre sem entraves, sem obstáculos que dificultam e/ou impossibilitam o papel da escola. São muitos os fatores que repercutem no sistema educacional, afetando não só o processo educativo como também a própria saúde mental de professores. Esteve (1999), um dos principais estudiosos do mal-estar docente, descreve que as condições negativas às quais os professores lidam ao exercerem suas atividades profissionais têm causado efeitos adversos em suas personalidades. Tais condições estão relacionadas a fatores psicológicos sociais, políticos, pessoais, de formação acadêmica e, em destaque, à desvalorização profissional. Esse último aspecto, associado à falta de apoio, à falta de reconhecimento e às críticas sobre o desempenho da função do professor, tem sido um importante elemento desencadeador de mal-estar em docentes.

Há de se destacar que no período de pandemia de COVID-19, com o emprego do ensino remoto emergencial, esses aspectos estiveram exacerbados. A falta de apoio, por

exemplo, pôde ser percebido pela pouca participação dos pais que, em razão da metodologia de ensino remoto, a qual exige acompanhamento de um adulto para a execução das atividades, possuíam papel fundamental. Outro fator diz respeito à formação acadêmica insuficiente, visto não abranger formas de atuação remotas e/ou síncronas. Em razão de não se ter havido preparo prévio, sendo o ensino remoto uma solução emergencial encontrada para a situação, uma série de outras dificuldades fizeram-se presentes, tal como problemáticas envolvendo o uso de tecnologias, falta de retorno das atividades, inabilidades de manejo e carências instrumentais (acesso à internet, local de estudo, etc.). Tais fatores ocasionaram aumento de professores com sintomas psicopatológicos na atualidade.

Outro elemento importante de ser destacado, o qual é descrito por Esteve (1999), diz respeito a dois fatores, de primeira e de segunda ordem, os quais interferem na função docente. Os fatores de primeira ordem abarcam todas as ações e atividades do professor em sala de aula que seguem um parâmetro intencional pré-estabelecido por ele. Mudanças no desempenho do ofício, nesse sentido, tendem a ocasionar tensão e emoções negativas. Já os fatores de segunda ordem estão diretamente relacionados ao contexto com que a docência está sendo exercida, isto é, às condições objetivas a que está submetida. O autor destaca que os fatores de segunda ordem afetam a motivação do professor para o exercício da docência. Pode-se também salientar outras tarefas que são exigidas a docentes e que se relacionam ao estado de saúde do professor, tal como: ser um pedagogo eficaz, que trabalhe em grupo, organize o processo de ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, de sua integração social e de sua educação sexual – isso sem haver fornecimento de formação adequada a ele, em muitas das ocasiões.

Esteve (1999) também fala da situação de estresse a qual o docente passa ao longo de sua trajetória profissional. Tornou-se comum a existência de níveis elevados de nervosismo, ansiedade e angústia no decorrer do ano letivo, ocasionando tensões acumuladas e não trabalhadas. Yaegashi, Benevides-Pereira e Alves (2013) realizaram um estudo da atividade de docência e o desenvolvimento da Síndrome de *Burnout* – quadro psicopatológico de exaustão emocional – com a aplicação de instrumentos avaliativos com 499 professores do estado do Paraná. Os resultados obtidos no estudo demonstraram que ensinar é uma atividade estressante, tendo visíveis repercussões na saúde física e mental de professores, o que, por consequência, incide no seu

desempenho profissional. Os causadores de estresse são dos mais diversos, como falta de reconhecimento profissional, falta de respeito dos alunos, remuneração inadequada, sobrecarga de trabalho, inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em sala de aula e conflito de papéis.

[...] os efeitos desses processos (principalmente do *burnout*) interferem negativamente tanto em nível individual (físico, mental, profissional, social) como profissional (atendimento negligente, lentidão, contato impessoal, cinismo, dificuldade no relacionamento com os alunos) e organizacional (conflitos com os demais membros da equipe, rotatividade, absenteísmo, diminuição da qualidade dos serviços) (YAEGASHI, BENEVIDES-PEREIRA e ALVES, 2013, p. 196).

Freitas (2006) também discute o processo de adoecimento de professores no seu ambiente de trabalho. Um aspecto importante de ser considerado, o qual é evidenciado pela autora, trata-se do *envolvimento afetivo*. Pela lógica de Freitas, para conduzir o processo pedagógico, independentemente da perspectiva educacional, faz-se necessário com que o professor estabeleça vínculos com seus alunos, pois sem ele o desempenho docente pode ser insuficiente para a efetivação da aprendizagem. Quando as estratégias de ensino não fornecem as condições necessárias ao desenvolvimento dos alunos, havendo reprovação, desinteresse ou indisciplina, vê-se comumente a apresentação de mal-estares pelos docentes – com cansaço e perda de interesse em continuar na profissão. Esse mesmo aspecto é evidenciado por Kravtsov e Kravtsova⁴ (2021), que discutem os tipos de ajuda ao aluno para a realização das tarefas, mais especificamente à relação de *convivência*, em que a relação estabelecida entre aluno-professor é essencial para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Pode-se dizer que situações de fracasso ocasionam repercussões a todos os envolvidos, em quesito emocional e de aprendizagem.

Freitas (2006) também coloca em questão os fatores trazidos pela docência em ambiente virtual. Para a autora, em comparação com o trabalho no ensino presencial, o ensino no contexto virtual intensifica as demandas em razão de aspectos diferenciais específicos dessa metodologia de ensino, tal como manuseio de novas tecnologias para o trabalho pedagógico, intensa comunicação escrita que ocorre nesse ambiente, permanente controle da participação dos alunos e trabalho por demanda (com o desenvolvimento de macetes que deem conta das muitas situações que podem ocorrer).

⁴ Elena Evguenievna Kravtsova (1950-2020) foi neta de Lev Semionovitch Vigotski, tendo desenvolvido importantes contribuições à teoria criada pelo avô.

“O sofrimento advém do esgotamento emocional, do desgaste e frustração e do estresse. O esgotamento emocional se origina da auto-exigência em se fazer presente junto aos alunos e pelo atendimento individualizado [...]. O estresse é causado pelo intenso trabalho com o computador” (p. 201).

Esses aspectos também se fizeram presentes no período de pandemia de COVID-19, uma vez que o ensino remoto ocorreu, conforme o nome evidencia, de forma remota, ou seja, a distância. Tal como expôs Freitas (2006) ao se referir à pedagogia em ambiente virtual, o ensino remoto intensificou as demandas de trabalho, uma vez que, além de produzir conteúdos para o processo de aprendizagem, também se fazia necessário preencher relatórios de acompanhamento (que demandam tempo e produção escrita extensa), dar presença e/ou falta de acordo com o retorno das atividades (o que demanda controle constante) e manusear formas diferenciais de ensino (recursos eletrônicos). Além do mais, as exigências em relação à presença física com os alunos se fez presente, não somente para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem, mas também para a formação social e humana dos mesmos.

Um estudo semelhante é o de Cipriano e Almeida (2020), intitulado *Educação em tempos de pandemia: análises e implicações na saúde mental do professor e aluno*. Nesse artigo, os autores discorrem sobre as consequências da oferta de um ensino de baixa qualidade em tempos da pandemia do novo coronavírus, principalmente no que se refere às repercussões a nível de saúde mental advindas com o ensino remoto. O estudo, de cunho teórico, destaca a grande possibilidade de ocorrência de transtornos emocionais em docentes e discentes, a médio e longo prazo, tais como ansiedade, estresse, privação de sono, instabilidade afetiva e sofrimento pela carência de contatos interpessoais no período – em razão das medidas de quarentena e de isolamento social empregadas na época.

Isso ocorreu, de acordo com os autores, como resultado de fatores que dificultam a metodologia de ensino remoto, tal como a baixa qualidade das redes de internet e a carência de formações complementares que trouxessem conhecimentos e ferramentas de ensino efetivas para meios de ensino de caráter online. Tais fatores têm sido desencadeadores de conflitos emocionais a alunos e professores devido à dificuldade dos mesmos em terem acesso à cidadania e a seus direitos fundamentais de trabalho e educação. Além do mais, colocam em questão as dificuldades para o desempenho do papel social do professor que, por decorrência do insucesso dessa função no período de

pandemia, interferem na possibilidade de desenvolvimento de todas as esferas cognitivas e afetivas do ser humano.

Esteve (1999) descreve que os principais mecanismos de combate dos professores aos mal-estares sentidos por eles se efetivam por procedimentos de absenteísmo e pedidos de transferência de local de trabalho. O próprio rótulo de “estar doente” é usado para o afastamento temporário da sala de aula, até o momento em que os sintomas se tornem verdadeiras psicopatologias, como das neuroses e das depressões. De acordo com Forattini e Lucena (2015), os discursos existentes socialmente sobre a importância do bem-estar físico e mental de professores, com incentivos a atividades físicas e momentos de descanso, contribuem para a falsa consciência de uma sociedade participativa. Ao contrário, o mercado globalizado fomenta a existência de um homem genérico e eficaz, sem tempo para si mesmo.

No âmbito acadêmico, isso pode ser percebido na visualização do trabalho focado no desempenho e em resultados, com a intensificação das horas de ensino, pesquisa e extensão. São, como se pode perceber, formas de exploratórias do trabalho humano para obtenção da mais-valia (FORATTINI; LUCENA, 2015).

Os professores estranhados em sua própria condição de trabalho acabam por atuar em ambientes acadêmicos movidos por relações precárias entre seus pares assentadas em uma espécie de desertificação das próprias relações sociais. Essas formas de estranhamento acabam por envolvê-los nas teias da individualização máxima, *entendo a sua própria condição de sofrimento como natural e não social* (FORATTINI; LUCENA, 2015, p. 45, grifos nossos).

De tal maneira, cremos que o adoecimento docente necessita ser pensado para além de seus componentes individuais, colocando no centro das análises as condições sociais de seu surgimento e manutenção. Concordamos com Marino Filho (2020) sobre a necessidade das discussões do sofrimento psíquico não se basearem na responsabilização individual do sujeito que sofre, neste caso do professor. Em uma condição como essa, buscar-se-ia a solução da problemática apresentada na medicalização dos sintomas, bem como no afastamento, readaptação, exoneração e exclusão no trabalho. Cabe lembrarmos que nas atuais políticas, tanto de cunho federais como no estado do Paraná, há uma tendência em culpabilizar o professor pelo fracasso escolar e pelo seu próprio adoecimento psíquico.

Ao contrário disso, acreditamos e consentimos com Marino Filho (2020) na atenção ao sofrimento psíquico despontando como um ato político, social, contra os fenômenos de exploração do homem – em específico aqui ao público docente, porém não se limitando a ele – além de se aliar a compreensões teóricas críticas e humanizadoras dos processos de adoecimento. O entendimento do sofrimento/adoecimento como um produto dos fatores socioculturais é necessário para o fomento de lutas e políticas em favor da transformação da atividade do professor – de volta à sua função primordial, de desenvolvimento das funções psicológicas superiores por meio da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, podemos dizer que as relações sociais interferem na formação do psiquismo humano, tanto em sua forma saudável como patológica. Nesse sentido, quanto mais patogênicas forem as vivências do sujeito, mais adoecido ele se encontrará. Em uma via natural, tem-se lidado somente com a aparência do sofrimento psíquico atual, em um trabalho paliativo voltado à medicalização dos sintomas. Logo, não se tem considerado a essência dos fenômenos, a engrenagem que os fazem existir, permanecendo em sua aparência e superficialidade.

Não queremos dizer com isso que o adoecimento psíquico surge unicamente em razão do sistema social, nem somente pelas inter-relações e fatores culturais patogênicos, mas que estes aspectos fomentam o seu desenvolvimento e fortalecem à continuidade dos sintomas, facilitam seu surgimento e dificultam seu rompimento. Todos os componentes psicopatológicos individuais não são tratados socialmente em uma via reabilitativa, estando, ao contrário, em sintonia com as ideologias e mecanismos sociais em vigência.

De tal maneira, os mal-estares – traduzidos nas diversas formas de sintomas, angústias e inibições – exibem componentes individuais (fatores próprios dos sujeitos), mas também permitem a percepção das mazelas sociais que propiciaram seu surgimento. Nesse sentido, os dilemas e problemas individuais são levados, em muitas ocasiões, a serem percebidos como sintomas depressivos, ansiosos, paranóicos, histéricos, obsessivos, etc. – em uma via de patologização da vida.

Tais aspectos são percebidos no meio docente, em que cada vez mais professores têm desenvolvido sintomas psicopatológicos. Os mal-estares também evidenciam os motivos da sujeição pessoal da população a um sistema que explora, aliena e produz sofrimento. Portanto, o tratamento do sujeito não pode se resumir em processos psicoterápicos e medicamentosos; é importante também “tratar” os aspectos sociais, culturais e históricos associados à patologia na sua totalidade e complexidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE campus Cascavel pelo incentivo para a realização desse estudo e para a participação no evento.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. **Mediações simbólicas na atividade pedagógica**: contribuições da teoria histórico-cultural para o ensino e a aprendizagem. Curitiba: CRV, 2012.

CIPRIANO, Jonathan Alves; ALMEIDA, Leila Cristina da Conceição Santos. **Educação em tempos de pandemia**: análises e implicações na saúde mental do professor e aluno. Conedu: VII Congresso Nacional de Educação. 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/trabalho_ev140_md1_sa18_id6098_310820204042.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antônio. (orgs.). Profissão professor. Portugal: Porto Editora, 1999.

FERREIRA-COSTA, Rodney Querino; PEDRO-SILVA, Nelson. Níveis de ansiedade e depressão entre professores do Ensino Infantil e Fundamental. **Pro-posições**, Campinas, v. 30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v30/0103-7307-pp-30-e20160143.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, v. 1, n. 2, maio-ago., 2015. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2016/2779-1452556088.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KRAVTSOV, Guennadi Grigorievitch; KRAVTSOVA, Elena Evguenievna. A inter-relação instrução e desenvolvimento: problemas e perspectivas. In: VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia, Educação e Desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 23-43.

MARINO FILHO, Armando. Atividade, significação e sentido: bases do sofrimento psicológico e a especificidade do adoecimento do professor. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; CUNHA, Sônia da. **Quando os professores adoecem**: demandas para a psicologia e educação. Campo Grande: UFMS, 2020, p. 73-104.

PASQUALINI, Juliana Campregher. O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin. In: MARTINS, Lígia Marcia; DUARTE, Newton, orgs. **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 161-191.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia, educação e desenvolvimento**: escritos de L. S. Vigotski. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SILVA, Maria Aparecida Santiago da; TULESKI, Silvana Calvo. Patopsicologia Experimental: Abordagem histórico-cultural para o entendimento do sofrimento mental. **Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 4, p. 207-216, out./dez., 2015.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; BARCA, Ana Paula de Araújo. O professor na perspectiva de Vigotski: uma concepção para orientar a formação de professores. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 1, p. 71-84, mar. 2019. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao>. Acesso em: 24 jul. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The World health report 2001. Mental Health: New Understanding, New Hope**. 2001. WHO Library Cataloguing in Publication Data.

YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T.; e ALVES, Irai Cristina Boccato. Docência e burnout: um estudo com professores do Ensino Fundamental. In: YAEGASHI, Solange Franci Raimundo e BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T. **Psicologia e educação**: conexão entre saberes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 189-210).